

S-9312/2024

Exmos. Concorrentes

Sua referência:

Sua comunicação de:

Nossa referência

Data

S-9312/2024

2024/06/27

NIPG: 14102/24

Assunto: PROC. 520/2024 SERVIÇOS DE REDE EM INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS

CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Tornando-se necessário proceder à aquisição dos bens/serviços acima referidos, nos termos do caderno de encargos/especificações técnicas em anexo, foi pelo órgão competente formulada decisão de contratar, mediante despacho oportunamente proferido nesse sentido.

1. Objeto do contrato: "SERVIÇOS DE REDE EM INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS".
2. Preço Base: 49.500,00€ (quarenta e nove mil e quinhentos euros).
3. Classificação relativa ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV): Código do CPV 50312300 – "Manutenção e reparação de equipamento para redes de dados", do Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão de 28 de Novembro de 2007 e publicado no Jornal Oficial da União.
4. Entidade adjudicante: Município da Maia.
5. O Órgão que tomou a decisão de contratar: A decisão de contratar foi tomada pelo Ex.mo Senhor Presidente, através de despacho exarado em 27 de junho de 2024.
6. Procedimento para a formação de contrato: Consulta prévia com convite a várias entidades ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos.
7. Esclarecimentos, Erros e Omissões e retificações das peças do procedimento:
 - a) Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, não sendo considerados os pedidos com data de solicitação posterior ao termo do referido prazo.
 - b) No mesmo prazo, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
 - c) Os pedidos devem ser solicitados por escrito ao júri, através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov em <https://www.acingov.pt>
 - d) Até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve prestar os esclarecimentos solicitados, e pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
 - e) O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.

- f) Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido na alínea d), ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto em matéria de prorrogação do prazo fixado para apresentação de propostas.
- g) Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov em <https://www.acingov.pt> e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
8. Critério de adjudicação:
- A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade do preço enquanto único aspeto do contrato a submeter à concorrência.
 - As propostas serão hierarquizadas de forma decrescente, sendo a melhor proposta aquela que apresentar o melhor preço de acordo com o disposto no número anterior.
 - No caso da existência de dois ou mais concorrentes que apresentem a mesmo preço, o desempate será efetuado por sorteio presencial, cujas condições serão oportunamente notificadas a todos os concorrentes.
9. Elementos da proposta: A proposta deve indicar os seguintes elementos:
- Objeto da prestação de serviços de acordo com as especificações técnicas;
 - Preços e condições de pagamento;
 - Prazo de entrega/execução;
 - Outros elementos (validade da proposta, despesas incluídas, descontos, etc.);
10. Documentos da proposta:
- Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos/especificações técnicas, elaborada em conformidade com o modelo Anexo I.
 - Certidão Permanente ou documento equivalente.
 - Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando aplicável.
 - Declaração emitida pelo concorrente, na qual fique evidenciado o vínculo contratual dos trabalhadores a afetar à aquisição de serviços, atendendo ao seu prazo, nos termos e para os efeitos do artigo 419.º-A do Código dos Contratos Públicos
 - Outros elementos, de apresentação facultativa, que o concorrente considere de interesse e que não estejam em contradição com o estipulado no processo de concurso.
 - Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
11. Preço anormalmente baixo: Não aplicável.
12. Prazo para apresentação da proposta: 9 dias.
13. Modo de apresentação da proposta: As proposta devem ser apresentados na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov em <https://www.acingov.pt> e assinadas eletronicamente.

14. Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
15. **Propostas variantes:** Não são permitidas propostas variantes.
16. As propostas não serão objeto de negociação.
17. **Prazo para apresentação dos documentos de habilitação:** 5 dias após a notificação de adjudicação.
18. **Documentos de habilitação**

Os documentos de habilitação a apresentar pela entidade adjudicatária, no prazo de 5 dias, são os seguintes:

- a) Declaração do concorrente elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao presente convite, do qual faz parte integrante;
- b) Documento comprovativo de que o concorrente não tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados por aqueles crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;
- c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- e) Documento comprovativo do registo e das respetivas atualizações de beneficiário efetivo constantes no RCBE - Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE);
- f) Certidão do registo comercial com todas as inscrições em vigor para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções ou documento similar;
- g) Documento comprovativo de que o concorrente não tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por algum dos crimes seguidamente mencionados, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho, de 26 de Maio de 1997, e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.

19. Prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação: 5 dias após a correspondente notificação.
20. Prestação de caução: Não é exigível, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.
21. Contrato escrito: É exigível a redução do contrato a escrito, nos termos do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o estipulado no art. 95.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex.ª os meus melhores cumprimentos e os protestos da mais elevada estima e consideração.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,



(ENG.º ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO)

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea *i*) da alínea *b*) e alínea *c*) do n.º 3 do artigo 256.º
-A, conforme aplicável]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b*), *d*), *e*) e *i*) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[... (local),... (data),... [assinatura (4)].



- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP

- 1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o contrato relativo a ... (objeto do contrato) com trabalhadores que cumpram com as exigências constantes do artigo 419.º-A do CCP, referente ao procedimento de Contratação Pública N.º.....
- 2 - Declara também que, caso o Gestor do Contrato designado pelo Contraente Público o solicite, apresentará, no prazo que lhe for definido, cópia dos respetivos contratos de trabalho dos trabalhadores afetos à execução do presente contrato de prestação de serviços.
- 3 - O declarante tem pleno conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

(local), (data), [assinatura].